



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 141 NÚMERO 3082 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
SETEMBRO 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



CRISE SOCIAL

O flagelo do desemprego

Em Lisboa e noutras cidades do país, cresce a pobreza. A redução salarial e o desemprego são uma marca de um tecido laboral precarizado e instável numa economia volátil e alicerçada em setores como o turismo.

Enquanto aumentam as filas para recolher alimentos, António Costa ameaça com uma crise política se a esquerda não aprovar o próximo Orçamento do PS. **págs. 6 e 7**



Trabalhadores alcançam vitória

A Casa da Música anunciou que sete dos 10 prestadores de serviços técnicos identificados pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) passariam a ter contratos de trabalho que se iniciariam já no fim de agosto. Esta decisão decorre de uma ação da Autoridade para as Condições do Trabalho depois de vários protestos dos trabalhadores desta instituição. **pág. 12**



Como olhar para a corrupção

Quando surgem casos mediáticos de corrupção em vários grupos económicos, há quem procure instrumentalizar a luta contra a corrupção isentando de culpas o modelo económico em que vivemos. Importa estudar um fenómeno que não é um defeito do sistema mas parte dele. Não se trata de maçãs podres. O capitalismo é a institucionalização da corrupção. **pág. 16**



ENTREVISTA

Ricardo Costa

Com a Festa do "Avante!" à porta, *A Voz do Operário* conversou com o dirigente do PCP sobre as circunstâncias em que se realizará o evento político-cultural, por norma mediaticamente discreto, mas que este ano se tornou um dos assuntos de maior destaque em virtude da sua realização em contexto pandémico. **págs. 8 e 9**



A VOZ DO OPERÁRIO Regresso às aulas

O início do ano letivo implica um intenso trabalho de preparação que merece por parte de todos os trabalhadores d'A Voz do Operário uma atenção e dedicação especiais, numa construção que se quer coletiva. **pág. 5**



50 anos da vitória de Allende

A 4 de setembro de 1970, o candidato de esquerda Salvador Allende alcançou uma inédita vitória nas eleições presidenciais chilenas com 36,63% dos votos. Foi uma janela de esperança que se abriu na construção de um futuro melhor, um projeto que foi violentamente decapado com o golpe militar patrocinado pelos Estados Unidos e que instaurou o fascismo em 1973. **pág. 14**

Não estamos todos no mesmo barco

Manuel Figueiredo,
 Presidente da Direção

Ao contrário do que se pretende fazer crer, não estamos todos no mesmo barco. Os nefastos efeitos económicos e sociais da pandemia Covid-19 abatem-se sobretudo sobre os trabalhadores e as camadas mais desprotegidas da população.

Foram agora publicados os dados estatísticos relativos ao 2º trimestre de 2020, os quais espelham esses efeitos catastróficos, não compensados pelas insuficientes e limitadas medidas tomadas pelo Governo. São disso exemplo os dados referentes à brutal quebra de 16,5% no PIB, bem como os relativos ao desemprego, recentemente divulgados.

É o próprio INE que assinala que esta grande quebra da atividade económica é em larga medida explicada pelo contributo negativo da procura interna, dando razão a quem sempre denunciou o erro que consiste na adoção de medidas com efeito direto na redução do rendimento das pessoas e o insuficiente combate aos despedimentos, que conjugados tiveram um impacto bem negativo no poder de compra das famílias, bem como as insuficientes medidas de apoio aos trabalhadores independentes e às micro, pequenas e médias empresas que se viram sem vendas e receitas, pela drástica redução ou encerramento da sua atividade, sem que, por outro lado, se tenha verificado uma efetiva dinamização e aceleração do investimento público.

Para se ter uma ideia do efeito muito negativo no emprego, refira-se que no 2º trimestre o emprego total diminuiu em cerca de 135 mil postos de trabalho em relação ao trimestre anterior (-2,8%), sendo essa redução de 186 mil, quando comparada com o trimestre homólogo de 2019 (-3,8%).

Estes efeitos refletem a ausência de medidas que impedissem os despedimentos, expediente usado pelo patronato para se livrar de milhares de trabalhadores, na grande maioria em situação de precariedade. É em momentos como este que vê quão justa foi a luta contra as sucessivas revisões das leis laborais, sempre feita em detrimento dos direitos dos trabalhadores, com especial ênfase para a imposição da caducidade da contratação coletiva bem como pela não

obrigação de que a um posto de trabalho permanente deve corresponder um contrato de trabalho efetivo.

O caminho da recuperação económica e do desenvolvimento do país não está no ataque aos direitos dos trabalhadores, na precariedade, nos baixos rendimentos, no desemprego e na pobreza, nem tão pouco está na submissão às imposições da União Europeia, como atualmente se verifica a pretexto da atribuição de um novo montante de fundos comunitários, imposições essas (ou reformas, como lhes chamam), em que pretendem reduzir o papel do Serviço Nacional de Saúde (em prol da saúde/negócio dos privados), desinvestir na Segurança Social, retirando-lhe o caráter público e universal, ou ainda agravando o pacote laboral no sentido do incremento da já de si muito elevada precariedade laboral.

Estão à vista de todos os efeitos tremendamente nefastos da subordinação aos grandes interesses económicos, a quem a política de direita entregou de forma descarada alavancas fundamentais da nossa economia, com as desastrosas consequências conhecidas, como no caso das parcerias público privadas em que enquanto os lucros são apropriados pelo grande capital, os prejuízos são suportados por todos nós, isto para não falar do grande escândalo do Novo Banco, em que os muitos milhares de milhões de euros que foram saqueados (era bom que para além da determinação das falcatruas que ocorreram, também se investigasse onde todo esse dinheiro foi parar).

Tão graves quanto a desastrosa solução de privatizar o Banco e pôr os portugueses a suportar os seus prejuízos, são as notícias que agora têm vindo a lume de venda de património ao desbarato, mais uma vez em benefício do grande capital (escondido atrás de contas offshore) de novo à nossa custa.

O caminho de recuperação da nossa economia exige uma política de desenvolvimento soberano do País, indissociável de opções e medidas que desde logo, aposte no aumento do rendimento dos trabalhadores e reformados, assuma o investimento público e controlo dos sectores básicos e estratégicos e promova a produção nacional, defenda os serviços públicos, promova justiça fiscal, combata a corrupção e defenda a Constituição da República Portuguesa.

EDITORIAL

Viva a vida

Setembro é mês de regresso às aulas e já se sente a falta do habitual rebuliço nos corredores d'A Voz do Operário. Com as devidas medidas de contingência, espera-se que se possa, dentro do possível, retomar a atividade presencial e a construção de um modelo de ensino que se quer coletivo, participado e inclusivo.

Se A Voz do Operário é uma instituição que controla a temperatura e desinfeta as mãos e o calçado de quem entra nos seus espaços, é simultaneamente contra aqueles que querem transformar a incerteza dos dias que vivemos em medo. Contra a pandemia, há que acautelar todos os cuidados de segurança mas sem que essas medidas impliquem formas encapotadas de nos confinar entre a casa e o local de trabalho.

Durante a Guerra Civil espanhola, José Millán-Astray, dirigente militar fascista fez ecoar um dos mais abjetos lemas daquele período: "Viva la muerte. Muera la inteligencia". Entre o negacionismo e o oportunismo político, caminhamos em cima de uma corda bamba. De um lado, os que contestam a ciência e pretendem negar a existência de uma pandemia, do outro, os que usam a doença para nos arregimentar ao sabor dos interesses económicos.

Não é o coronavírus que toma decisões políticas e económicas. É o governo e são as empresas. Atribuir à pandemia responsabilidades para além das óbvias é usar a doença como pretexto para esconder que a precariedade endémica no nosso país não é de agora mas torna agora mais fácil despedir. Não nos cansamos de repetir que foram e são os trabalhadores os verdadeiros heróis da fase mais crítica porque foram e são eles que fazem o país funcionar.

Urge romper com o conformismo em que nos querem conservar quando a situação económica e social se degrada. Todos conhecemos alguém que ficou sem trabalho ou que ficou com o salário cortado. Quando se assinalam 50 anos da eleição de Salvador Allende, escolhamos também construir um país de justiça social e progresso.

Viva a vida.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
 Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
 Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Bruno Amaral de Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
 Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
 n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
 Associação da
 Imprensa
 Não-Diária



Associação
 Portuguesa
 da Imprensa
 Regional



Fado

IV Gala de Fado d'A Voz do Operário em Novembro



Está em marcha a preparação da edição de 2020 do evento cultural dedicado ao fado, iniciado em 2017 pel'A Voz do Operário, que terá lugar dia 8 de novembro, pelas 15h, no célebre salão de festas da Sociedade de Instrução e Beneficência.

O anúncio público dos homenageados e do elenco

será feito no final de setembro, numa sessão aberta, que terá também lugar na sede da centenária instituição. Para já, a organização avança que à semelhança da edição passada, serão homenageadas onze figuras do mundo do fado, divididas em nove categorias que assinalam desde compositores, a poetas, passando pelos

fadistas populares e em início de carreira. Desta forma, a organização pretende abranger as várias vertentes do fado, onde os grandes vultos mais mediáticos, diz, têm um papel de destaque na massificação do fado enquanto expressão cultural de grande relevo no país, mas onde não é possível esquecer todos os envolvidos, porque o fado não existe sem músicos, intérpretes novos, poetas, ensinamentos ancestrais, e berços. Nesse sentido, a organização destaca o papel das coletividades da cidade e fadistas populares, que alimentam o fado a partir das bases. "Sem este património que cresce nas coletividades e nos bairros, este estilo musical perderia a sua força e a sua raiz popular. "Para a permanente reinvenção do fado é muito importante que as bases continuem a ser algo vivo e muitas destas pessoas e coletividades têm um papel fundamental e é essencial reconhecê-lo."

A Gala de Fado d'A Voz do Operário já homenageou grandes figuras ligadas ao fado como Carlos do Carlos, Cidália Moreira, Ricardo Ribeiro, Luísa Amaro, António Chainho, Ada de Castro, Helder Moutinho, José Luís Gordo, Maria Amélia Proença, entre muitos outros.

As primeiras três edições do evento contaram com a co-produção da produtora musical dedicada ao fado, Música Unida. Este será o primeiro ano que a centenária Sociedade de Instrução e Beneficência terá em mãos, sozinha, a organização, em consequência do desaparecimento de Pedro Luís, principal vulto da co-produtora, falecido em 2019.

Face aos desafios colocados pela Covid-19, a organização irá reduzir o número de lugares da sala em cerca de um terço, e compromete-se a adoptar todas as medidas de higiene necessárias à segurança de todos os participante e espectadores. Os bilhetes ainda não foram postos à venda, mas a organização está já a aceitar reservas.

PUBLICIDADE

Lisboa +55
GINÁSTICA
MAIORES DE 55 ANOS
Pilates e Fitness

+ info.
tel. 218 862 155
ritagoverno@vozoperario.pt

INSCRIÇÕES
JÁ
ABERTAS

REPUBLICA PORTUGUESA
SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE
DGS
cars/iv
SANTA CASA
Lisboa
LISBOA
Cultura Económica Operária
A VOZ DO OPERÁRIO

RESISTÊNCIA

O sindicalista Mário Castelhana foi assassinado há 80 anos



Entrada do campo de concentração do Tarrafal, numa ilustração de Rogério Amaral, e fotos de Mário Castelhana no Arquivo da PIDE/DGS (Torre do Tombo).

Luís Carvalho, investigador

Mário Castelhana salientou-se como um dos mais destacados sindicalistas portugueses na década de 1920, primeiro como dirigente da federação de trabalhadores ferroviários e depois como secretário-geral da Confederação Geral do Trabalho (CGT) e diretor do seu jornal diário, *A Batalha*.

Veio a ditadura, e, a partir de 1927, Castelhana viveu sempre clandestino, deportado ou preso. Até morrer no campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, a 12 de Outubro de 1940 – quando apenas tinha 44 anos de idade.

Foi um dos principais opositores assassinados pela ditadura de Salazar, a par do general Humberto Delgado e de Bento Gonçalves, secretário-geral do Partido Comunista Português.

Campo de concentração?

No 9º volume do *Dicionário de História de Portugal*, coordenado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, escolheu-se designar o Tarrafal pelo nome oficial que a ditadura lhe atribuiu: “colónia penal”. E, num tom de suposta objetividade académica, questiona-se a sua designação de “campo de concentração” como sendo coisa da oposição e da “propaganda anti-regime”, com o intento de “tirar partido” da “conotação com os campos de extermínio nazis, apesar da desproporção abismal”.

Foi Salazar quem disse!

Mas... foi o próprio governo de Salazar quem começou por dizer “campo de concentração”!

Desde logo, em janeiro de 1934, poucos dias depois de prender Mário Castelhana e de reprimir a revolta operária contra a dissolução dos sindicatos livres: numa “nota oficiosa”, o governo assume abertamente a sua intenção de deportar os organizadores da revolta para um “campo de concentração”, o qual aventou então localizar no

sul de Angola. Era já o anúncio do que viria a concretizar dois anos depois em Cabo Verde, no Tarrafal. Essa “nota oficiosa” está publicada, por exemplo, no *Diário de Lisboa*, 20/01/1934, página 8, e no *Diário da Manhã*, 20/01/1934, pág. 1.

Mesmo no decreto-lei em que estipula a criação da “colónia penal para presos políticos” no Tarrafal, é o próprio governo de Salazar quem volta a falar em “campo de concentração” e quem dá a entender que era disso que se tratava. Está publicado no *Diário do Governo*, 23/04/1936, pág. 446. Trata-se do artigo 11º do Decreto-Lei nº 26.539: “a colónia penal criada por este decreto poderá instalar-se provisoriamente” utilizando os meios “destinados ao campo de concentração da Ilha de S. Nicolau” (um projeto anterior, situado também em Cabo Verde).

Antes da 2ª Guerra Mundial

Em 1936 ainda não existiam os “campos de extermínio” nazis, equipados com câmaras de gás para assassinar populações numa escala industrial. Esses só surgiram em 1941/42, no contexto da 2ª Guerra Mundial.

Na criação do Tarrafal, a referência nazi da ditadura de Salazar foi uma coisa diferente: o “campo de concentração” para presos políticos criado pelo governo de Adolf Hitler logo em 1933, nos arredores da cidade de Dachau, na região da Baviera.

No dito *Dicionário de História de Portugal* confundiram-se afinal coisas diferentes e que é fundamental distinguir. Assim defende, por exemplo, uma instituição especializada na matéria como a Biblioteca Wiener do Holocausto, sediada em Londres. Na página de internet sobre o holocausto que esta instituição mantém, define-se “campo de concentração” como um “local onde pessoas são concentradas e aprisionadas sem julgamento”, sendo “usualmente exploradas como mão de obra e submetidas a duras condições”, com “desprezo pelas suas vidas e pela sua saúde”. Para os nazis, foi uma forma de “conter” opositores políticos, como militantes comunistas (theholocaustexplained.org).

Tarrafal

O Tarrafal corresponde exatamente a esta definição de “campo de concentração”. E é o mesmo *Dicionário de História de Portugal* que assim o descreve.

Aí se diz que foi “característico” do Tarrafal o “processo utilizado para executar adversários do regime”, com o mesmo “método, por sinal utilizado em grande escala nos campos alemães”, que “era o da chamada ‘morte natural’ (também assim lhe chamavam os nazis)”. Consistia na “falta de condições de salubridade e higiene, na subnutrição, na quase inexistência de medicamentos, na recusa de assistência médica e na exposição deliberada ao mosquito da malária”.

Feita esta referência a uma das doenças tropicais que ali eram particularmente propícias, acrescenta-se ter sido o próprio governo de Salazar quem, no referido decreto de 1936, assumiu que escolheu o Tarrafal “depois de um reconhecimento cuidadosamente feito por técnicos a diferentes ilhas do arquipélago de Cabo Verde”, chegando à “conclusão” de que aquele lugar era o que “reunia as condições necessárias”, nomeadamente “sob o ponto de vista higiénico”...

“Condenação à morte”

Mais descreve o dito *Dicionário de História de Portugal* que “acresciam o trabalho forçado, a tortura [...] e os espancamentos”. E conclui que isto era “praticamente uma condenação à morte, ainda que aleatória na escolha das vítimas e consumada, com diluição de responsabilidades”.

Diz ainda que alguns dos diretores do Tarrafal “confessavam sem problemas a intenção de provocar mortes” e que um deles “terá estagiado em campos de concentração alemães e italianos”.

Parece afinal que isso de chamar “campo de concentração” ao Tarrafal tem muito fundamento.

Ali foi assassinado Mário Castelhana, marido de uma professora de *A Voz do Operário* e sobre quem fica muito por dizer, para um próximo artigo.

ESCOLAS

Ano novo, a vida de sempre



Photo by Tina Floersch

“Qualquer processo de desenvolvimento humano nunca pode atingir o seu máximo potencial se for feito isoladamente.”

Ivo Serra, diretor de equipamentos dos espaços educativos da Ajuda e Restelo

O início de cada ano lectivo merece, por parte de todos os trabalhadores d’A Voz do Operário, uma atenção e dedicação muito especiais. A cada início de ano lectivo há já um imenso trabalho de preparação que foi iniciado mesmo antes de terminar o ano anterior. Desde as avaliações dos percursos feitos, à preparação das transições de muitas crianças, passando pela recepção das novas famílias e organização dos espaços dos diferentes grupos, nunca há um final efectivo, na medida em que os processos e as relações se mantêm e a acção dialéctica que norteia os passos dados não se desliga. Este ano não deverá ser diferente, por isso, de qualquer outro.

Todos os anos os profissionais que se dedicam ao trabalho educativo n’A Voz do Operário devem avaliar o percurso feito nos anos anteriores. Para que essa avaliação possa ser feita da melhor forma, importa olhar para aquilo a que os diferentes grupos se propuseram alcançar, avaliando as conquistas, as estratégias, os insucessos e, acima de tudo, os processos e instrumentos que foram desenvolvidos para servir os seus propósitos, alterando o que for necessário, de forma a que possam servir o grupo de forma mais útil e eficaz.

Dos adultos de cada grupo espera-se uma reflexão que contemple, sempre, uma análise do seu papel enquanto elemento do colectivo a que pertence.

Porque, independentemente das condições objectivas em que desenvolvemos o nosso papel, importa ser claro, para todos, que esse papel não está dependente dessas condições. É a forma que este adquire que é, tem de ser, adaptável às circunstâncias e nunca a sua essência. É por isso que se considera absolutamente essencial que os adultos com um papel central na vida das crianças d’A Voz do Operário mantenham, ao longo do seu trajecto, uma relação próxima com instrumentos que permitam uma contínua introspecção.

Um dos princípios que defendemos é o de qualquer processo de desenvolvimento humano nunca poder atingir o seu máximo potencial se for feito isoladamente. É por isso que, parte integrante do processo construtivo que está subjacente a todo o nosso trabalho, passa pela necessidade de construir um património colectivo que, nascendo do contributo de cada um, se materializará num reflexo de todos. Assim, parte integrante do trabalho que desenvolvemos passa pela criação de condições para proporcionar uma discussão colectiva que deve colher, de cada um, uma análise crítica sobre o ponto onde estamos e para onde, como e quando queremos ir. Só assim, já no início do novo ano lectivo, poderemos começar a definir novos objectivos, novas metas, novos sonhos.

É por estas razões que afirmamos que este novo ano lectivo não deixará de ser a continuação do caminho que temos feito. Este ano, tal como no passado, teremos de pensar em como organizar o espaço para um número maior de crianças, relativamente ao final do ano anterior, respeitando as regras e cuida-

dos vigentes. Este ano, tal como no passado, teremos de pensar em como acolher as novas crianças e aquelas que há muito não estão connosco na escola, de acordo com as condições que asseguram o bem-estar e a segurança de todos. Este ano, tal como em todos os outros, temos o dever de estar cada vez mais próximos das famílias, atendendo às condições de vida de cada uma. Teremos também que preparar preventivamente o caminho futuro para trabalhadores, crianças e famílias, caso as circunstâncias se alterem abruptamente e nos empurrem para momentos de maior isolamento físico.

Este ano, como todos os outros anos, todos os membros de cada comunidade educativa d’A Voz do Operário chegarão com expectativas criadas, muitas incertezas, propostas e ambições. Todas elas serão contempladas na dinâmica da vida de cada grupo, desde a creche ao 2º ciclo. Mais uma vez, aos adultos caberá enquadrar os diferentes contributos, garantindo que as suas preocupações individuais não ficam desligadas ou sejam tratadas paralelamente ao pensamento colectivamente construído. Esse pensamento deverá abarcar todo o percurso feito, toda a experiência adquirida, toda a maturidade acumulada e não apenas as experiências mais recentes.

A maior responsabilidade que os adultos d’A Voz do Operário terão este ano será, eventualmente, a de não se permitirem, nem por um instante, abdicar dos princípios educativos e pedagógicos que estão na génese do Projecto Educativo que, colectivamente, construímos. Os quatro pilares desse documento continuam mais actuais hoje que nunca. Porque, mais do que não abdicar de uma construção colectiva do saber, da relação com o outro, teremos a absoluta necessidade de aprofundar as formas desta construção, independentemente das circunstâncias. Mais do que não abandonar o contínuo pensamento sobre os processos e instrumentos que servirão o desenvolvimento de cada membro de cada comunidade, imperará o dever de analisar os instrumentos culturais ao dispor, que mais se adequam às circunstâncias, independentemente destas. Mais do que dar continuidade, dependeremos de uma relação escola-comunidade ainda mais próxima, mais forte, mais diferenciada e mais aprofundada do que nunca. E, por último, mais do que mencionar o desenvolvimento dos profissionais e das suas práticas educativas, cuidar e dar condições para que estas se materializem, terá de ser parte integrante do dia-a-dia de cada escola.

Talvez alguns dos que nos lêem possam ficar surpresos por este não ser um documento de abertura do ano lectivo centrado na Covid-19. Mas quando nas escolas d’A Voz do Operário defendemos uma outra sociedade e nos dedicamos, ao longo do ano lectivo, a construí-la, o medo, que todo o ser humano razoável sente nos dias que correm, não pode tomar conta do nosso pensamento e acção. A pandemia é e será mais uma variável que terá de estar sempre presente na reflexão acerca de todos os processos que envolvam a saúde e o bem-estar comunitário. Não podemos permitir que seja, nem será, o barómetro da relação entre a criança e o mundo.

TRABALHO



O subsídio de desemprego registou um aumento de 45,4% face ao mesmo período do ano passado.

Crise social alastra com números do desemprego

Em Lisboa e noutras cidades do país, cresce a pobreza. A redução salarial e o desemprego são uma marca de um tecido laboral profundamente precarizado e instável numa economia volátil e alicerçada em setores frágeis como o turismo. Enquanto aumentam as filas para recolher alimentos em instituições do Estado e de caridade, António Costa ameaça com uma crise política se a esquerda não aprovar o próximo orçamento do PS.

Bruno Amaral de Carvalho

Números do desemprego são alarmantes

Há 47 mil inscritos nos centros de emprego por despedimento entre março e julho. Uma em cada cinco pessoas que se inscreveu em julho tinha sido despedida. De acordo com o Jornal de Negócios, é já a segunda principal causa do desemprego em Portugal, logo após a não renovação de contratos a prazo, que corresponde a 136 mil inscritos. Comparando estes dados com o período homólogo do ano passado, houve um aumento de 123%.

De acordo com o IEFP, no final de ju-

lho, estavam registados nos serviços de emprego do continente e regiões autónomas 407.302 desempregados, número que representa 74,5% de um total de 546.846 pedidos de emprego.

O facto é que são muitos os que antecipam um maior aumento do desemprego a partir de outubro porque apesar de o verão ter sido atípico no setor do turismo o fim da estação deverá ter ainda assim algum impacto na habitual sazonalidade do trabalho na hotelaria e restauração em zonas mais turísticas.

São números do IEFP que não surpreendem a CGTP-IN. Segundo declarações à RTP de Andrea Araújo, responsável do departamento de emprego da central sindical, “a precariedade é a antecâmara

do desemprego”. “É verdade que a pandemia existe e que tem responsabilidade mas não tem toda a responsabilidade”, considera, “porque com os vínculos precários as pessoas a qualquer momento podem ser descartadas das empresas que estão a ser apoiadas para não despedir”. A dirigente sindical aponta o dedo ao governo e sublinha que os apoios devam ser canalizados para empresas que realmente precisam e não para aquelas que tiveram elevados lucros.

Por sua vez, em entrevista ao *Expresso*, António Costa admitiu que “não vale a pena desvalorizar a gravidade do desemprego. É brutal e está num crescimento muito forte”. Para este ano, o primeiro-ministro avança com a previsão de 10%

para a taxa de desemprego, abaixo das previsões internacionais e do próprio Banco de Portugal.

Julho para esquecer

Numa leitura mais detalhada sobre o mês de julho, de acordo com a síntese estatística publicada pela Segurança Social a 20 de agosto, o subsídio de desemprego registou um aumento de 45,4% em termos homólogos. Já o número de beneficiários do subsídio social de desemprego aumentou 97,6%. O número de prestações de desemprego aumentou 39,3% em julho face ao mesmo mês de 2019, para 221.765, tendo o subsídio social de desemprego inicial quase duplicado.

“As 221.765 prestações de desemprego processadas em julho de 2020 correspondem a um ligeiro acréscimo de 64 prestações face ao mês anterior e a um aumento de 39,3% tendo em conta julho de 2019”, não estando incluídas as prorrogações das prestações de desemprego, pode ler-se no documento elaborado pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de acordo com a agência *Lusa*.

O subsídio de desemprego registou um aumento de 45,4% em termos homólogos, mas uma ligeira redução de 0,3% face ao mês anterior, abrangendo 192.095 pessoas. Já o número de beneficiários do subsídio social de desemprego inicial foi em julho de 10.894, o que corresponde a um aumento de 97,6% relativamente ao mesmo mês do ano passado e a um decréscimo de 0,8% face ao mês anterior.

O subsídio social de desemprego inicial é uma prestação atribuída a quem ficou desempregado, mas que não reunia as condições para receber o subsídio de desemprego.

No âmbito das medidas covid-19, o prazo de garantia de acesso ao subsídio social de desemprego inicial foi reduzido de 180 para 90 dias. O prazo foi reduzido para 60 dias nos casos em que o desemprego tenha ocorrido por caducidade do contrato de trabalho a termo ou por denúncia do contrato de trabalho por iniciativa da entidade empregadora durante o período experimental.

São estatísticas que mostram que os beneficiários do subsídio social de desemprego subsequente caíram 13,9% em termos homólogos, mas aumentaram 6,6% comparando com junho, para 17.683. Por idades e comparando com julho de 2019, continuam a registar-se acréscimos das prestações processadas em todos os grupos etários, sobressaindo os grupos mais jovens: o grupo de 24 ou menos anos (164,6%), entre os 25 e os 34 anos (84,0%), entre os 35 e os 44 anos (43,3%), e entre os 45 e os 54 anos (30,2%)”, indica o GEP.

De acordo com as estatísticas mensais, o valor médio das prestações de desemprego foi de 502,46 euros em julho, ligeiramente inferior aos 504,65 euros em junho e superior aos 498,46 euros registados no mesmo mês do ano anterior.

Casais no desemprego aumentam

Outro dado que ilustra a crise social é o número de casais com ambos os elementos inscritos nos centros de emprego do Continente. Esta realidade aumentou 22% em julho face ao mesmo mês de 2019, para 6 560, segundo dados divulgados pelo IIEFP. Do total de desempregados casados ou em união de facto, 13 120 (8,2%) têm também “registo de que o seu cônjuge está igualmente inscrito como desempregado no Serviço de Emprego”.

Os casais nesta situação de duplo desemprego têm direito a uma majoração de 10% do valor da prestação de subsídio de desemprego que se encontrem a receber, quando tenham dependentes a cargo.

Chantagem política

Quando se espera que avancem as negociações para o Orçamento do Estado (OE) para 2021, o primeiro-ministro deixou um ultimato aos partidos à sua esquerda com assento parlamentar. Para António Costa, se não houver acordo que permita aprovar o documento, o país enfrentará uma crise política.

Após terem arrancado em julho, as negociações para o OE 2021 que terá de ser entregue na Assembleia da República a 10 de outubro retomaram agora com a ideia de que este poderá ser um dos orçamentos mais difíceis dos últimos anos devido à incerteza da crise pandémica.

Este regresso ao diálogo chegou com um aviso que soou a chantagem: “Se não houver acordo, é simples: não há Orçamento e há uma crise política”, disse Costa ao Expresso. “Aí estaremos a discutir qual é a data em que o Presidente [da República] terá de fazer o inevitável”, ou seja, marcar

novas eleições para que os portugueses possam escolher um novo parlamento.

Este cenário extremo avançado pelo primeiro-ministro acontece numa altura em que o Presidente da República se prepara para ficar sem o poder para dissolver parlamento em vésperas de eleições presidenciais.

Mas a ameaça de António Costa teve resposta imediata dos partidos à esquerda. “Não é o primeiro ultimato sobre crise política”, escreveu Catarina Martins no Twitter, em reação à entrevista de Costa. A líder do Bloco de Esquerda criticou a postura do líder do executivo, dizendo que este tipo de ameaças “não resolve nada e não mobiliza ninguém”. “Precisamos, isso sim, de respostas fortes à crise sanitária, social e económica. Desde logo, no OE2021”, sublinhou. “O Bloco concentra-se nas soluções para o país”.

Já o PCP em comunicado referiu que “mais do que palavras, o que decide são as opções, soluções e caminhos escolhidos para responder aos problemas nacionais”. Para os comunistas, “os trabalhadores e o povo sabem que o PCP não faltará, como não faltou, para assegurar salários e direitos, proteção social e justiça fiscal, melhor acesso à saúde e

serviços públicos”. Nesse sentido, destaca o comunicado, “os problemas não se resolvem ameaçando com crises mas sim encontrando soluções para responder a questões inadiáveis que atingem a vida de milhares de pessoas e com opções que abram caminho a uma política desamarrada das imposições da União Europeia e dos compromissos com o grande capital”. E voltou a denunciar que, apesar de António Costa dizer que não quer acordos com o PSD, “é preciso que não se façam as mesmas opções que este faria”.

Antes ainda de Costa ter avisado para o risco de o país enfrentar uma crise política, Marcelo Rebelo de Sousa tinha já deixado o alerta ao governo, mas também aos partidos de esquerda quanto à “aventura” que esse cenário pode significar. “Adivinhando” o aviso de Costa, o Presidente da República antecipou-se na chamada de atenção aos responsáveis políticos.

“Desenganem-se os que pensam que se não houver um esforço de entendimento que vai haver dissolução do parlamento no curto espaço de tempo que o Presidente tem para isso que é até ao dia 8 de setembro”, afirmou Marcelo Rebelo de Sousa durante uma visita à abertura da Feira do Livro de Lisboa.



Photo by Max Bohme

Cresce desigualdade no planeta

No dia 26 de agosto, Jeff Bezos, fundador da Amazon, tornou-se na primeira pessoa no mundo a acumular uma fortuna de 200 mil milhões de dólares. De acordo com a *Forbes*, esta é a marca mais elevada jamais registada pela revista e mesmo adaptando a inflação ao longo dos anos não é possível encontrar outra pessoa que tenha atingido tal riqueza.

Apesar da queda a pique da economia, os gigantes da tecnologia continuam a lucrar num mundo cada vez mais desi-

igual. Em conjunto, o valor de companhias como a Amazon, Apple, Facebook e Alphabet cresceu 250 mil milhões de dólares durante o último trimestre.

De acordo com o *Bloomberg*, as vendas líquidas da Amazon cresceram 40% para 88,9 mil milhões de dólares. Um dia depois de ver a sua fortuna bater recordes, cerca de cem manifestantes resolveram protestar contra os baixos salários pagos pela gigante do e-commerce aos seus trabalhadores e montaram uma guilhotina

em frente à porta de casa de Jeff Bezos.

Já a Apple anunciou que as suas receitas atingiram 59,7 mil milhões de dólares, um aumento de 11% em relação ao ano anterior. Ao mesmo tempo, o Facebook informou que as suas receitas aumentaram neste período também em 11%, ou seja, até 18.687 milhões de dólares no segundo trimestre deste ano, em comparação com os 16.886 milhões do ano passado. Entretanto, a Alphabet, que é a empresa-mãe do gigante tecnológico Google, registou 38,297 mil milhões de dólares em receitas astronómicas durante o último trimestre. Contudo, este número representa uma queda de 2% em comparação com o mesmo período em 2019.

Em janeiro deste ano, ainda antes da pandemia, um estudo da ONG britânica Oxfam mostrou que cerca de 2 mil bilionários acumularam mais riqueza do que 60% do planeta. Uma razão, segundo a organização, é o colapso no sistema de tributação dos super-ricos e de grandes empresas, que pagam cada vez menos impostos e têm mais facilidade em escapar à tributação.

Em 2019, os 2.153 bilionários do mundo detinham mais riqueza acumulada que 4,6 bilhões de pessoas. Para mostrar a dimensão dessa disparidade, a organização calculou que, se uma pessoa tivesse economizado 10 mil dólares por dia desde a construção das pirâmides no Egito, teria hoje um quinto da fortuna média dos cinco bilionários mais ricos do mundo.

RICARDO COSTA

A Festa do Avante é uma exceção?

Sexta-feira, dia 4 de setembro, será o primeiro de três dias de Festa do “Avante!”, um histórico evento político-cultural comunista que atrai multidões há 44 anos. Há muito mediaticamente discreto, este ano tornou-se, porém, um dos assuntos de maior destaque por causa da sua realização em contexto pandémico. *A Voz do Operário* falou com Ricardo Costa, membro do Comité Central e dirigente da Organização Regional de Lisboa do PCP sobre esta decisão do partido.



A Festa do “Avante!” realiza-se desde 1976.

Bruno Amaral de Carvalho

Começamos pela pergunta óbvia: por que é num contexto como o que vivemos o PCP decide fazer a Festa do “Avante!”?

O PCP decidiu a realização da Festa do Avante muito tempo antes da situação que vivemos hoje, com as questões da Covid-19. Decidimo-lo e depois fomos acompanhando a evolução da situação e entendemos, mesmo no quadro em que estamos, realizar a Festa. Tomando, para isso, todas as medidas necessárias que procurem garantir a saúde de quem lá está, com os cuidados e as medidas que corresponderão àquilo que está hoje legislado e visto para eventos da natureza da Festa do “Avante!”. Com a particularidade de a Festa do “Avante!” não ser um festival de verão, como é tantas vezes

confundido atualmente pela comunicação social, que procura sempre colá-la a esse estilo ou forma de organização.

Mas por que é que o PCP considera que a Festa do “Avante!” não é um festival?

Em primeiro lugar, porque tem a componente política que é fundamental, um momento político importantíssimo na vida do país e na afirmação do projeto e do ideal comunista. E depois porque vai muito além daquilo que é o típico festival de verão que estamos habituados a ver, [tem] nomeadamente, a música, o teatro, o cinema, a gastronomia, o artesanato. Temos toda a dimensão cultural do país, toda a dimensão gastronómica do país. Podem assistir e viver todas as experiências dessas terras, os viveres desse povo, dessas gentes. Isso não encontra paralelo em nenhum festival de verão. Além da sua

dimensão, da importância que ela tem no panorama nacional. É o maior evento político-cultural do país.

E, afinal a Festa do “Avante!” é, ou não é, uma exceção?

Claro que não. O Jerónimo de Sousa, secretário-geral do PCP, ainda agora afirmou, num comício em Nisa, que nós não queremos nenhuma exceção para a Festa do “Avante!” mas também não aceitamos nenhuma regra discriminatória que implique colocar-nos regras diferentes daquelas que estão a aplicar a eventos de outra natureza, eventos com gente, com pessoas. E, na verdade, a Festa não tem nenhum carácter excepcional, a lei permite-a, está estabelecido no quadro legal.

Os festivais de música que foram cancelados também se podiam fazer. A realidade desses festivais é que não se fizeram simplesmente porque, em primeiro lugar, as bandas que estavam para vir não teriam agenda para vir

noutra data, havia um conjunto de limitações à circulação dessa gente, circulação entre países, que limitaria também a participação dessas bandas; e, em segundo lugar, porque eles visam o lucro e, portanto, visando o lucro seria muito difícil conseguir aquilo que nós conseguimos com a Festa a partir do trabalho militante, da organização, da experiência e do contributo solidário de cada camarada e amigo. Naturalmente que eles não teriam essa capacidade de organização para realizar um evento.

Mas como é que neste contexto os grandes empresários dos festivais não conseguem e o PCP consegue?

Através do trabalho militante. Quando termina uma Festa do “Avante!” começa logo a construção da seguinte com a desimplantação do espaço e a retirada de todos os materiais. Há um conjunto de camaradas e amigos que oferecem o seu trabalho para a realização daquilo que é a construção da nossa Festa em toda a sua dimensão. Desde a construção das estruturas metálicas dos pavilhões, colocar as madeiras, a decoração política, a limpeza do espaço. Depois há, para além da construção, o funcionamento da Festa, com milhares de turnos assegurados por um conjunto muito grande de camaradas e amigos. A Festa não é uma festa apenas construída e realizada pelos comunistas, é construída pelos comunistas, realizada pelos comunistas, com a contribuição de muitos amigos do Partido que estão connosco.

Há quem acuse o PCP de realizar a Festa do “Avante!” porque precisa do dinheiro para se financiar.

Não teria mal nenhum se a Festa do “Avante!” fosse uma fonte de receita para o Partido porque ela é uma fonte de receita a partir da contribuição de quem lá vai e, ao contrário de outros, que beneficiam de contribuições de grandes grupos económicos, isso ali não acontece. Mas não é essa a realidade, o Partido não faz a Festa pelo objetivo financeiro. Realiza-a acima de tudo pela afirmação do seu projeto, do seu ideal, e pela possibilidade de ter na Quinta da Atalaia e na Quinta do Cabo um conjunto de pessoas a viver a vida do nosso país, a experienciar aquilo que é a vida coletiva dos comunistas, aquilo que é um espaço aberto em que as pessoas se sentem de forma igual e que, participem nessa vida, nesse experienciar do dia-a-dia da nossa Festa, que também projeta um bocadinho aquilo que nós pretendemos de uma sociedade diferente.

Outra das acusações é que o PCP não paga impostos. É verdade?

Claro que paga impostos. O PCP paga impostos em diversas dimensões. A lei define para os partidos políticos o conjunto dos impostos que têm que pagar e, nesse quadro, o PCP nas suas contas apresenta o pagamento de impostos. Até a mistificação com as questões do IMI, com a ideia de que o PCP não paga IMI, quando as nossas contas refletem o pagamento de IMI do património do Partido. E a Festa também paga impostos. Não somos diferentes dos outros. E somos conhecidos por isso mesmo, não é? É reconhecido o papel do Partido tanto com fornecedores como outras entidades, a quem o Partido não deve, ao contrário de outros.

Uma das informações que circula nas redes sociais é que o lucro da Festa do “Avante!”



Recinto total da Festa do Avante tem 30 hectares, equivalente a mais de 35 campos de futebol de 11.

corresponde à venda das entradas e a tudo o que se vende.

Se tomarmos a venda de bilhetes e a receita feita na Festa e não lhe deduzirmos nenhuma despesa, dá isso. Naturalmente, no nosso orçamento familiar, se só tivermos receitas e não deduzirmos nenhuma despesa, estamos ricos. Na realidade, a generalidade dos trabalhadores portugueses estão pobres, mesmo trabalhando. A realidade também se coloca relativamente à Festa porque se não calcularmos todos os materiais que são gastos no contexto da construção da Festa, o resultado é sempre positivo. A realidade não é essa.

Há um parecer da Direção Geral da Saúde com orientações para a Festa do “Avante!”. São muitas as alterações promovidas pelas autoridades?

Em primeiro lugar, não é a primeira vez que a DGS tem uma articulação direta com a Festa. Todos os anos a Delegada de Saúde e o conjunto das organizações estatais que têm que fiscalizar eventos como a Festa do “Avante!” nos visitam. Procuram ver as condições em que ela está e daí resulta um parecer favorável ou não à sua concretização, ou melhoramentos que tenham que ser feitos. Este ano não é excecional, o que é excecional é a situação em que estamos que obriga a medidas extraordinárias. Eu diria que nós estamos num quadro igual aos anos anteriores mas não é só resultante daquilo que a DGS tem vindo a colocar porque muito antes de haver esta articulação que se tem vindo a fazer, já o Partido tinha decidido um conjunto de medidas que procuravam criar as tais condições que dizia no início para defender a saúde no quadro da situação em que vivemos.

Pode enumerar algumas medidas?

Desde o início que anunciámos que teríamos, no espaço da Quinta da Atalaia e da Quinta do Cabo, mais condições para a higienização das mãos, distribuição de pontos de álcool gel, a necessidade de, em espaços fechados, utilizar máscara. Alterámos as condições do Avanteatro e do Cineavante que aconteciam em espaço fechado e passam para um espaço aberto, ao ar livre,

com as medidas necessárias de distanciamento físico entre as pessoas. Vamos ter ainda camaradas a orientar espetadores nas plateias dos palcos. Eu diria que é natural que algumas das questões preocupem as pessoas mas em conjunto com a DGS temos procurado responder a todas elas.

O PCP não tem a preocupação de que a Festa do “Avante!” resulte num enorme prejuízo político?

Há quem queira comparar o resultado da Festa com resultados eleitorais, há quem queira pôr já em cima da Festa do “Avante!” e do PCP uma imagem, daqui em diante, para a opinião pública. Para nós o mais importante com a realização da Festa é o sinal que damos para a sociedade. É a ideia de que as pessoas não estão votadas ao trabalho, à vida do trabalho para casa e de casa para o trabalho, não estão votadas a perder os seus direitos, a ver os seus salários desaparecer, ao desemprego. E, portanto, esta ideia de que é possível continuar a vida, é possível levar a nossa vida, mesmo no quadro em que estamos, e que é preciso que a sociedade continue e que o caminho se vá fazendo, nomeadamente com o trabalho, o desenvolvimento da economia, com a valorização do trabalho e dos trabalhadores e, naturalmente, com a sua luta em defesa dos seus direitos, é um elemento essencial. Porque aquilo que hoje procuram fazer quando tentam condicionar a Festa do “Avante!” é procurar também contribuir para condicionar a ação e luta dos trabalhadores. E isso é que o PCP não pode permitir e, portanto, naturalmente, usaremos também a Festa para mostrar que é possível continuar, cumprindo todas as regras num momento difícil da vida nacional. Tendo esse cuidado, as pessoas hoje vão trabalhar todos os dias, vão muitas vezes trabalhar enfiadas em comboios sobrelotados, em carreiras sobrelotadas, chegam aos locais de trabalho e não têm condições. Na Festa do “Avante!”, isso não vai acontecer mas o sinal essencial que estamos a procurar dar é este sinal de rutura, este sinal de necessidade das pessoas continuarem a sua vida e de estarem preparados para aquilo que aí vem e tudo aquilo que fomos vendo já durante estes meses não abona nada a favor dos trabalhadores.

SAÚDE



O sindicato denuncia condições de trabalho “horribéis e violentas”.

Trabalhadores dos hospitais em greve

Os trabalhadores do Serviço de Utilização Comum dos Hospitais (SUCH) fizeram dois dias de greve, para exigir aumentos salariais, redução de horário de trabalho e pagamento de subsídio de risco, entre outras reivindicações.

De acordo com a Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (FESAHT), da CGTP, que convoca a greve de dois dias, a administração do SUCH “recusa-se a negociar aumentos salariais e demais propostas sindicais”, sendo que a “esmagadora maioria” dos trabalhadores recebe o salário mínimo, refere a *agência Lusa*.

“O SUCH recusa também a compensação complementar decidida na Assembleia da República para os trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde (SNS), sendo que

os trabalhadores do SUCH foram equiparados aos funcionários públicos, designadamente os que trabalham nas cantinas, lavandarias, resíduos e manutenção hospitalar”, acusa o sindicato, em comunicado.

A FESAHT fala também de condições de trabalho “horribéis e violentas”, devido por exemplo a falta de pessoal ou condições obsoletas dos equipamentos, e acusa a administração do SUCH de não ouvir os trabalhadores.

Os trabalhadores exigem aumentos salariais de 90 euros, redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais, pagamento do subsídio de risco de 7%, pagamento do trabalho ao fim de semana, atualização do subsídio de refeição e realização de testes de despistagem de covid-19, entre outras reivindicações.

ÓBITO

Morreu histórico dirigente do STAL

Faleceu Francisco Braz, no dia 19 de agosto, aos 70 anos, no Hospital Militar em Lisboa. Trabalhador dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento de Loures, atuais SIMAR, onde era chefe dos serviços de limpeza, foi eleito delegado sindical em 1984. Assumiu a presidência da Direção Nacional do STAL entre 1989 e 2015.

Ocupava desde 2016 o cargo de presidente da Mesa da Assembleia Geral do STAL e integrava ainda o Conselho Geral e de Supervisão da ADSE, enquanto representante eleito pelos beneficiários em 2017, numa lista dos sindicatos da Frente Comum que encabeçou.

Atualmente era membro do Comité Executivo da EPSU – Federação Europeia dos Serviços Públicos, filiada na CES.

Ao longo de mais de três décadas de actividade sindical, foi membro do Conselho Nacional da CGTP-IN e da sua Comissão Executiva (entre 1989 e 2012), assim como de várias estruturas sindicais europeias, designadamente da extinta União Europeia dos Trabalhadores da Administração Local e Regional (UEFPC/EULAS).

Em comunicado, a Direcção Nacional do STAL salientou o “importante contributo pessoal de Francisco Braz, o seu empenho e dedicação na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores da Administração Local, no reforço e crescimento do Sindicato e de todo o movimento sindical unitário, destacando também a sua intensa participação cívica em várias organizações sociais”.

Francisco Braz fazia também parte da Direcção da ADEFA - Associação Nacional dos Deficientes das Forças Armadas, do Fórum do Cidadão, do Conselho Superior da Administração e Função Pública e do Conselho Superior de Saúde e Segurança no Trabalho na Administração Pública. Militante do PCP, foi candidato à Assembleia da República nas eleições legislativas de 2009 pelo Círculo Eleitoral de Lisboa.

A VOZ do corvo



Velhos são os trapos

O sacana do vírus que nos ataca (dizem os dicionários que sacana é todo aquele que tem manhas e nos ludibria) ferrou-nos num ponto vulnerável da nossa sociedade – os anciãos.

E logo surgiu quem, com ganas inquisitoriais exigisse castigo severo e imediato para as direções de lares, para os responsáveis pela saúde pública regional, para os órgãos do poder local onde a desgraça tem ocorrido como se castigar alguém, que certamente não agiu por sadismo ou negligência volun-

tária, resolvesse o problema de fundo.

Acrescente-se, como dramático contexto, a angústia de todas as famílias que são obrigadas a recorrer àquelas instituições.

Porque tudo isto é consequência estrutural da sociedade em que vivemos e uma análise que nem sequer se revela muito trabalhosa, nos coloca perante as carências e as distorções de oferta que o problema da habitação apresenta entre nós.

Estrutural, porque tudo se relaciona com tudo no problema da habitação para o maior número, seja para jovens ou idosos.

Veja-se só: se cruzarmos as condições de alojamento de que uma família de dimensão média deve dispor para viver em harmonia, com os rendimentos médios dessa mesma família e com a renda média por metro quadrado que o mercado põe à sua disposição, facilmente se conclui, feitas as contas, que aqueles rendimentos, em Lisboa e de uma forma alastrada na Grande Lisboa, não dará para alugar mais de três dezenas de metros quadrados, ou seja, uma casa minúscula que mal daria para albergar uma família nuclear.

Alugar uma casa em função de uma previsível evolução familiar, mesmo que a médio prazo, desde o ca-

sal até ao crescimento dos filhos de ambos os sexos e com a probabilidade de coabitação com pais, tios-avós, sogras e sogros é hoje impensável – não há lugar para velhos.

A gentrificação, que foi vírus que antecedeu ao vírus de 2019, veio dramatizar a situação: quantos dos idosos que vivem nos lares de que hoje a província nos dá notícia não foram expulsos de “bairros populares” e empurrados para a “terra” e lá encafuados em instalações inadaptações, muitas vezes sobreocupadas e repartidas entre o lucro e a triste caridade?

Porque, voltando ao algoritmo há pouco referido, se compararmos o nível médio dos rendimentos familiares com a média das mensalidades cobradas num lar e a que é necessário acrescentar as despesas com medicamentos, assistência médica, enfermagem e cuidados de higiene, facilmente se verifica que, para a maioria da população, o sistema não subsistem sem a degradação (o que é inadmissível!) ou com a ajuda do Estado, que é, como quem diz, dos que podem, para os que precisam, que é como quem diz, por sua vez, dentro de uma sociedade solidária e expurgada dos malefícios da especulação.

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicos



Realidade virtual 2

No número anterior titulei esta coluna de REALIDADE VIRTUAL. Porém, como a vida não deixa de nos surpreender, hoje assinalarei um facto que, tal como o anterior está no domínio da realidade virtual.

Cheguei à estação do metropolitano do Cais do Sodré e a informação do tempo de espera previsto assinalava 8 minutos e 50 segundos.

Fiz transbordo na estação de Baixa-Chiado e fui contemplado com 6 minutos e 40 segundos para chegada do próximo comboio.

Não havia perturbações assinaladas e eram quase 17.00 horas.

Eis que chega um comboio em sentido contrário, com destino a Santa Apolónia e leio o seguinte texto: *Lisboa capital verde europeia – Menos carros mais transportes públicos.*

Quanto a ser capital verde europeia, com uma área de cidade tão pequena e a mancha verde de Monsanto, até admito que seja, mas como não conheço o estudo comparativo vou passar ao lado dessa questão.

Que há menos carros a circular, é evidente. A expulsão da população, a diminuição da atividade económica em geral com a sua concentração no turismo, a que se junta o fator altamente positivo, esses sim, da redução significativa do preço dos passes, facilmente justificam o panorama existente.

Mais transportes públicos?!

Qual foi o aumento da frota do Metropolitano?

Qual foi o aumento da frota da Carris, que apesar de ter vindo a receber novos autocarros continua a envelhecer, isto é, a idade média dos veículos continua a aumentar.

A oferta da Carris, de facto aumentou de 2018 para 2019 cerca de 3%, mas quando comparada com 2010 (que nem sequer foi o melhor ano, mas por ser a década) fica abaixo mais de 9%.

Ser confrontado com a “publicidade enganosa” da afirmação de mais transportes públicos, quando para fazer um percurso (Cais do Sodré - Avenida) cujo tempo útil numa situação normal não é superior 5 minutos sofremos esperas que totalizam 15 minutos e 30 segundos, é uma afronta.

Pode ser que esteja enganado, mas penso que quem inventa estas campanhas não usa regularmente, para não dizer nunca, os transportes públicos. Vivem noutro mundo, o da realidade virtual.

Rego Mendes

SOLIDARIEDADE

Misericórdias aprofundam exploração laboral



Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Santa Casa pretende usar acordo para aumentar horários laborais sem acréscimos salariais e estabelecer apenas um dia de descanso semanal.

Em 2016, foi negociado e aplicado em algumas Santas Casas de Misericórdia (SCM) um acordo coletivo de trabalho cujo primeiro subscritor é a Santa Casa da Misericórdia de Abrantes, noticia o *AbrilAbril*.

Algumas instituições, através de acordos individuais, tentam aplicar este acordo a todos os trabalhadores, mesmo aos sindicalizados no Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços (CESP/CGTP-IN), que não o subscreveu.

Em comunicado, o CESP lembra que recusa este acordo devido a um conjunto de aspetos negativos, designadamente a possibilidade de os profissionais trabalharem mais quatro horas por dia, com o limite de 50 horas semanais, num período de referência de oito semanas, sem qualquer acréscimo salarial.

O sindicato denuncia ainda a possibilidade de alguns trabalhadores passarem a ter apenas um dia de descanso semanal, ou seja, seis dias de trabalho por semana e de ser imposta uma interrupção até quatro horas para o período de refeição, sujeitando muitos a estar longe das suas famílias por mais de 12 horas.

INFÂNCIA

Membros da OIT acordam proibição de trabalho infantil

O que poderia parecer uma notícia do século passado foi anunciada pela CGTP-IN em agosto. Foi ratificada, pela primeira vez, uma convenção na Organização Internacional do Trabalho por todos os estados-membros que proíbe “as piores formas de trabalho infantil”. A central sindical portuguesa celebrou esta decisão considerando-a um passo importante na eliminação do trabalho infantil, “para o qual a CGTP-IN contribuiu de forma decisiva no nosso país, quando nos anos 80 impulsionou, em conjunto com várias organizações, uma campanha pela eliminação do trabalho infantil em Portugal”.

A aprovação favorável de todos os países que fazem parte da OIT é, para a CGTP-IN, “um sinal importante no combate a este flagelo, mas não deve descansar todos os que se empenham na luta por uma infância e um futuro digno para todas as crianças”.

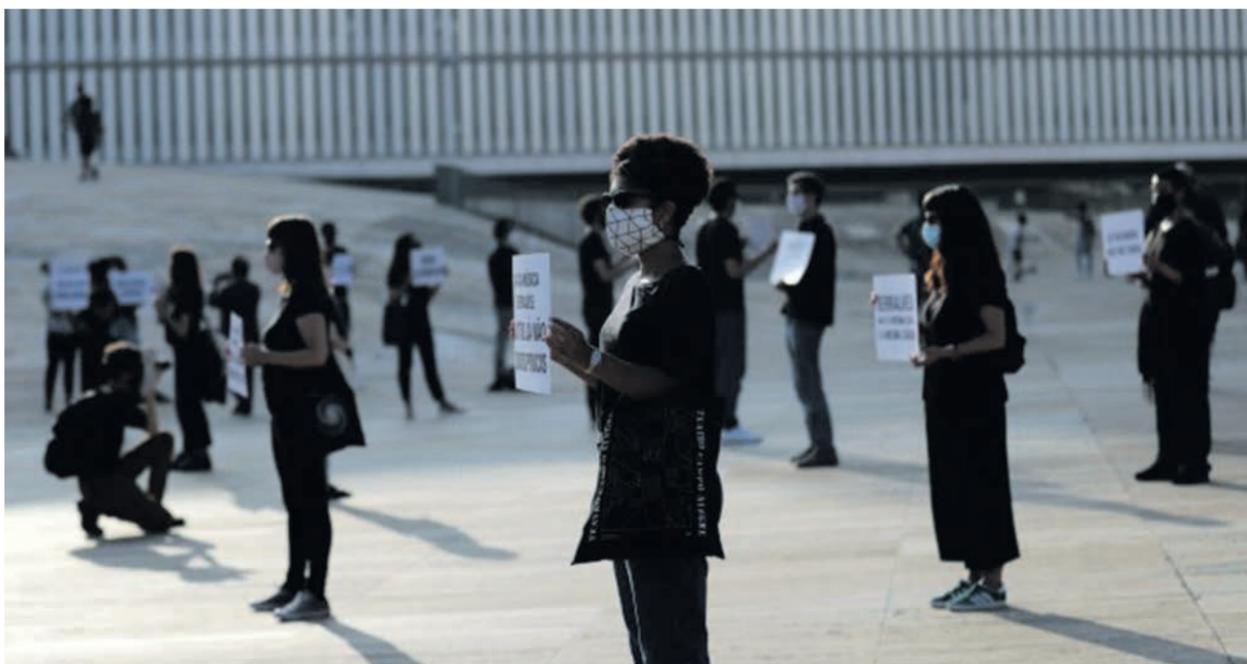
De acordo com a central sindical, “no mundo milhões de crianças são ainda forçadas a trabalhar sem acesso a cuidados de saúde, a ir à escola, vítimas de

abandono e negligência, de violência e de abuso, de exploração sexual e laboral, de tráfico e de escravatura, envolvidas em conflitos armados, recrutadas como soldados e vítimas da guerra”.

A CGTP-IN refere ainda que esta é uma realidade que não acontece apenas “nas zonas de conflito e nos países e regiões mais pobres do mundo que os direitos das crianças não são respeitados”. O desrespeito pelos direitos das crianças “acontece também nos países mais ricos e desenvolvidos, incluindo na União Europeia, onde a taxa de risco de pobreza infantil se tem mantido muito elevada”. E refere as consequências da pandemia no emprego, “com o crescimento do número de desempregados, nos cortes nos salários, nomeadamente por via do lay-off entre outras causas”. Para a central sindical, “é urgente garantir um melhor futuro para as crianças no nosso país e que passa pela melhoria das condições de vida e de trabalho, nomeadamente do aumento dos salários dos trabalhadores e dos rendimentos das famílias”.

CASA DA MÚSICA

Trabalhadores alcançam vitória com integração



Trabalhadores levaram a cabo uma série de protestos denunciando situações ilegais.

A Fundação Casa da Música anunciou que sete dos 10 prestadores de serviços técnicos identificados pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) iam passar a ter contratos de trabalho que se iniciavam já no fim de agosto.

De acordo com uma nota enviada à *agência Lusa*, a Fundação Casa da Música, no Porto, anunciou que “ofereceu a todos os técnicos identificados pela ACT uma proposta de contrato de trabalho com vista à sua integração no seu quadro de trabalhadores”. Segundo a Fundação, sete dos 10 prestadores de serviços já acordaram “as condições para alterarem a relação contratual”, sendo que passam a regular-se por contratos de trabalho ainda no “mês de agosto”. A Fundação Casa da Música acrescentou que mantém disponibilidade para “chegar a um acordo com os restantes três técnicos de forma a permitir também a sua integração”.

À Voz do Operário, Rui Galveias, coordenador do sindicato CENA-STE, considerou que a decisão “é boa tendo em conta que vem dos protestos que os trabalhadores iniciaram há alguns anos”. O dirigente sindical e músico acrescentou que este avanço decorre também das pressões do próprio sindicato, da Autoridade para as Condições do Trabalho, entre outros. Agora, “falta conhecer as propostas e saber se são justas e se os direitos estão garantidos”, sublinhou.

A nota da Casa da Música surgiu na sequência da entrada de seis ações judiciais do Ministério Público no Tribunal do Trabalho do Porto contra a Fundação Casa da Música, a pedir o reconhecimento da existência de contratos de trabalho, depois de várias ações de protesto.

Em 28 de abril, 92 trabalhadores da Fundação Casa da Música relatavam, num abaixo-assinado, a existência de várias dezenas de trabalhadores a recibos verdes que ficaram sem qualquer remuneração pelos trabalhos cancelados, na sequência das medidas de contingência devido à pandemia da covid-19.

A esse abaixo-assinado seguiu-se uma vigília silenciosa, com o apoio do sindicato CENA-STE, em 1 de junho, data que coincidiu com a reabertura da Casa da Música,

tendo sido noticiado, no dia seguinte, com base no depoimento de uma das pessoas visadas, que cerca de 13 trabalhadores “precários” foram dispensados dos concertos que tinham sido alocados para o mês de junho.

Depois do abaixo-assinado, foram requeridas audições parlamentares sobre a situação na Casa da Música, onde, além do presidente do conselho de administração, foram também ouvidos seis trabalhadores - um pertencente ao quadro e cinco a recibos verdes - que acusaram a administração, assim como a direção artística da instituição, de falta de diálogo, e falaram em “pressões e represálias”.

Em 24 de junho, a inspetora-geral da Autoridade para as Condições do Trabalho, Luísa Guimarães, admitiu, numa audição no parlamento, haver indícios de existirem trabalhadores a falsos recibos verdes na Casa da Música. Uma semana depois, a ministra da Cultura, Graça Fonseca afirmou, na comissão parlamentar de Cultura e Comunicação, que o Governo iria agir caso houvesse “falsos recibos verdes” no equipamento, alegando que “o Estado não financia precariedade”.

Em 24 de julho, numa nota enviada aos órgãos de comunicação social, a Fundação Casa da Música anunciava que a ACT ia remeter o processo de nove trabalhadores “precários” para o Ministério Público, para que fosse analisado o vínculo laboral. À data, a Fundação avançou ter recebido, no dia 6 de julho, uma notificação da ACT que “recomendava a celebração de contratos de trabalho com nove prestadores de serviço”.

“No dia 22 de julho, a ACT, sem se pronunciar sobre as alegações apresentadas pela Fundação Casa da Música [enviadas no dia 16 de julho], comunicou a decisão de remeter o processo para o Ministério Público, para que seja apreciada a existência, ou não, de relações laborais”, afirmava a fundação na mesma nota.

No passado dia 30, a ACT confirmava, em resposta escrita à Lusa, que foram enviadas nove participações aos serviços do Ministério Público com vista à “instauração pelos mesmos das correspondentes ações de reconhecimento de existência de contrato de trabalho, de trabalhadores afetos à área de produção” da Fundação Casa da Música.

A VOZ dos livros



Bode Inspiratório, o livro da quarentena

A “aventura” literária, vertida no blogue “Bode Inspiratório”, começou com um desafio da escritora Ana Margarida de Carvalho. De pronto, aderiram ao repto 46 escritores, cansados da Netflix e disponíveis para um jogo que os libertasse, pelo menos episodicamente, do sufoco da clausura, mesmo que voluntária.

O desafio, segundo Ana Margarida de Carvalho, era deixar de *Fazer dos nossos sofás as nossas trincheiras*. Por isso, juntámo-nos, quarenta e seis escritores, para vos oferecer, a cada dia, um capítulo daquele que pode ser o grande livro dos tempos da grande reclusão. Este exercício literário, a 46 mãos, durou de Março a Maio, de um dos anos mais graves das nossas vidas.

O primeiro capítulo coube a Mário de Carvalho, que deu o mote, e nos iniciou nesse percurso pelas sombras dos nossos pesadelos hodiernos. A partir daí, e com o espaço de apenas 24 horas, ao autor seguinte cabia continuar a estória, desenvolvendo-a e complicando-a de acordo com a sua imaginação e estilo literário, como se fora *um miúdo de olhos postos no túnel escuro a acender enredos no vazio sem*, no entanto, se subtrair totalmente ao guião e às personagens estruturadas no capítulo primeiro. Um desafio estimulante, como imaginam, que conseguiu juntar, no seu pico mais alto de visualizações, mais de 17 mil seguidores.

Aos autores se juntaram 46 artistas plásticos portugueses, reunidos por Cristina Terra da Motta, que criaram a cada dia uma obra que acompanhava, em criação autónoma, o texto publicado.

A este modo novo e salutar de povoar a solidão, enche-la de novas vozes e de novos amigos que, de forma voluntária e gratuita, se juntaram a este inédito processo criativo músicos, actores, jornalistas, designers, ilustradores, fotógrafos, a RTP Play sob articulação de Ana Cristina Silva.

O êxito teve repercussões noutros espaços cibernéticos. Em inglês surgiu o site *Escape Goat*, que traduzia e reproduzia quase em simultâneo os textos dos autores portugueses (46 tradutores, um por cada autor português, com coordenação de Gabriela Ruivo Trindade), ao qual se seguiram traduções em castelhano, francês, italiano, neerlandês e alemão.

A editora Relógio D’Água publicou o folhetim, em versão bilingue: a original do Bode Inspiratório, em português, e a versão inglesa, *Escape Goat*.

Um livro inquieto, escrito por 46 escritores que não quiseram alhear-se do seu tempo, e de uma pandemia que nos manteve sequestrados mas agitados e criativos.

Um livro febril e inquietante. A não perder, na Feira do Livro de Lisboa.

Bode Inspiratório/Escape Goat – 46 autores portugueses. Edição Relógio d’água/2020

Domingos Lobo

TEATRO



Delacroix no 25 de Abril em Atenas, de Nikiyas Skapinakis.

Lição de inflexão

Maria João Pereira

No Verão ninguém devia poder desaparecer. No Verão não deveria conhecer-se a inevitabilidade, nem o estrago da passagem do tempo. No Verão deveriam imperar regras diferentes dos dias-em-que-não-é-verão e todos deveríamos estar protegidos do desencontro, da falta, do interrompido, e também de alguns tipos insuperáveis de tristeza.

Certamente, se estivéssemos no Inverno, estaríamos

mais preparados para a melancolia da ausência, os dias teriam lágrimas para partilhar connosco. Sentiríamos que o mundo nos acompanhava na paleta cromática dos pensamentos, e qualquer tarde cinzenta combinaria connosco. Assim se anunciam os temas muito duros, e mesmo sendo Verão, não pudemos escapar a duas incontornáveis perdas.

Fernanda Lapa e Nikiyas Skapinakis já não andam por aí com os olhos tão atentos que tinham para o mundo e já não podemos partilhar com eles a aventura do por vir. Terá que nos servir o exercício da memória como anti-

doto contra o que desaparece e deixa conseqüentemente um lugar que com nada mais pode ser preenchido.

Se fizermos silêncio, aquele silêncio onde mergulhamos com um último fôlego antes de uma peça de teatro, certamente podemos ouvir o vozeirão de Fernanda Lapa e logo perante os nossos olhos poderá surgir a sua presença imponente, que ocupava o palco inteiro. Podemos pensar na enorme mudança de maré que foi na vida de tantas pessoas, sobretudo mulheres, sobretudo mulheres actrizes, com a criação da Escola de Mulheres – Oficina de Teatro; podemos sentir-lhe a mão dada à nossa ainda na rua, reivindicando colectivamente uma sociedade mais justa e mais fértil ao pleno desenvolvimento das pessoas. Podemos lembrar-nos como ela nos dizia precisar de nós, de quem visse teatro e cumprisse o seu papel dialéctico nesta forma de expressão tão carnal.

Se olharmos em volta e virmos em tudo a sucessão de construção das cores, das três primárias às suas infinitas combinações, certamente estaremos em conversa estreita com Skapinakis. Adentraremos as suas ilustrações, as pinturas, litografias, serigrafias, desconfiaremos dos seus segredos e espreitaremos assim o lado avesso das imagens claras que nos mostrava. Poderemos escrever na mão, não querendo esquecer jamais, que podemos tomar aquilo que fazemos no mundo como uma “vocação, ofício e reflexão”. Se as saudades persistissem, poderíamos reivindicar a reabertura da estação de metro de Arroios, só para nos podermos encontrar com a *Corrina Mirabolante*.

Apesar de perdas irreparáveis pelo seu contorno de permanência, podemos sempre assumir dela uma importante lição de inflexão perante aquilo que queremos para o mundo e para a nossa vida em conjunto. Podemos, como eles, assumir e perseguir esses hábitos bonitos de pessoas que não desistem e que se comprometem irrevogavelmente com o contributo do desenvolvimento dos cinco sentidos de todos quantos cá estamos.

Teremos muitas saudades, mas guardamo-los nos pensamentos de todos os dias, como rosa-dos-ventos do caminho a seguir.

Sugestões culturais

O Livro do Deslembamento

Ondjaki



Quando se celebram vinte anos da sua primeira publicação, o autor angolano regressa com mais um livro de auto-ficção passado em Luanda, no período em que, após os acordos de Bicesse, a guerra civil parou, e decorreram as primeiras eleições no país. Mas em pouco tempo reacende-se a guerra civil. É essa Luanda que nos é aqui apresentada pelos olhos de uma criança. Essa Luanda em que «uma pessoa não sabe passar um dia só sem inventar uma estória».

Uma solidão demasiado ruidosa

Teatro da Politécnica



Criado em 1997, os Artistas Unidos retomam agora um espectáculo de António Simão a partir da obra de Bohumil Hrabal. “Em Praga, há uma cave. Brillante como uma gruta de tesouros. Nessa cave há milhares de livros, centenas de ratos, visões passageiras e palavras que tornam o mundo grande. E há um homem, Hanta, que há 30 anos empurra afectuosamente os livros, os mais belos e mais banais, para a prensa que os tritura e transforma em cubos de papel.”

Mulheres, caça às bruxas e acumulação de capitais



“A bruxa aparece como uma personagem lendária, imaginária. Não é. Houve mulheres que de facto foram presas, perseguidas e mortas.” Acompanhando o lançamento da obra *Calibã e a Bruxa – As Mulheres, o Corpo e a Acumulação Original*, a Culturgest promove uma livestream com Silvia Federici, activista, feminista, escritora e professora de Filosofia Política e Estudos Internacionais. 7 de outubro, em culturgest.pt.

O Meu Vizinho Totoro

Cinemateca Júnior



O realizador Hayao Miyazaki traz-nos a história de duas irmãs que descobrem que junto de casa habita um conjunto de criatura fantásticas. Tornam-se amigas de uma delas, Totoro. A sua mãe está em convalescença no hospital e o pai, professor, passa longas horas a trabalhar. Assim, as crianças passam o tempo com o seu novo amigo. Totoro irá revelar-lhes um mundo mágico enquanto as ajuda a entender as duras realidades da vida. Dia 26, às 15h.

BIELORÚSSIA



Manifestação em defesa da soberania da Bielorrússia.

Entre a espada e a parede

Quando um país de que a generalidade das pessoas nunca ouviu falar salta para as notícias, raramente é por um bom motivo. A Bielorrússia não é exceção.

Ricardo Meireles Santos

É a 9 de agosto de 2020 que a Bielorrússia surge nas notícias pelo ato eleitoral que viria a reeleger Aleksander Lukashenko para um novo mandato como presidente do país, cargo que ocupa desde 1994. Ainda assim, dias antes, uma série de Organizações Não-Governamentais, a maioria com sede em Londres, apelava já ao não reconhecimento dos resultados eleitorais. Para lá da febre russófoba de quem acha que vive na Guerra Fria e não hesita em despejar preconceitos tão desatualizados como o seu discurso, o que há, então, num país com menos de dez milhões de habitantes como a Bielorrússia, que gera tanto interesse?

O país está situado num local estratégico para dois blocos: a União Europeia e a Rússia. Para a UE, a Bielorrússia é o pedaço que falta para ter uma linha de fronteira direta com a Rússia no continente europeu, que vai desde a Finlândia, passa pelos países do Báltico, e, garantindo o controlo da Bielorrússia, só termina no Mar Negro, con-

tando com a amigável Ucrânia. Para a Rússia, é exatamente o oposto, com a agravante de poder vir a ter a NATO às suas portas numa extensão nunca antes vista desde a criação da organização, em 1949. Obviamente, o imperialismo, confirmando a sua necessidade de expansão, encontrou mais um espaço, no continente europeu, onde ainda poderá avançar.

“A última ditadura da Europa”

Como é hábito suceder nas revoluções coloridas, os media ocidentais já encontraram a forma de descrever a Bielorrússia com um slogan que fica no ouvido. Não é por acaso que muitas das ONG patrocinadas pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos da América trabalham com empresas de marketing e relações públicas. É preciso criar algo que fique no subconsciente do recetor da mensagem. Para que isso possa acontecer, são despejados milhões de dólares em supostas organizações de fomento da participação na vida em sociedade que mais não são do que agências de interesses estrangei-

ros. Só em 2019, o National Endowment for Democracy ofereceu a estas organizações 1.743.898 dólares, sem contar com a USAID e a Open Society de George Soros. A UE fez saber que entregará 53 milhões de euros à “sociedade civil”

Lukashenko isolado?

Ao contrário do que a imprensa ocidental quer fazer crer, a Rússia não faz grande questão em apostar tudo na manutenção de Lukashenko no poder, seja ou não vontade popular. Aliás, no início do ano, o presidente bielorrusso teve um desentendimento com as autoridades russas, ameaçando retirar petróleo do pipeline de Druzhba (pipeline da Amizade), caso Moscovo não chegasse a acordo relativamente à quantidade de combustível que negocia com o país.

Lituânia entra em cena

É nesse momento que a Lituânia, para onde viajou a segunda classificada nas eleições, Svetlana Tsikhankouskaya, entra também em jogo. Apostando numa rotura nas relações entre o Kremlin e

Lukashenko, o país do Báltico ofereceu-se para servir de porta de entrada de crude norueguês, diminuindo a dependência bielorrussa do vizinho russo, mas, por outro lado, garantido receitas através de tarifas e armazenamento, aos lituanos. É Robert Gilchrist, embaixador de Washington na Lituânia, quem o garantia, cerca de um mês depois de Mike Pompeo, Secretário de Estado dos EUA, ter estado em Minsk.

A Covid-19 e as manifestações

Conforme visto, Lukashenko está num difícil equilíbrio entre dois tabuleiros, quando as manifestações continuam de parte a parte um pouco por todo o país. A forma como as autoridades bielorrussas lidaram com pandemia de Covid-19 foi desastrosa, tendo o presidente afirmado que a doença se tratava com vodka e trabalho. O campeonato bielorrusso de futebol foi mesmo o último a parar, com grandes multidões nos estádios. Esta gestão da crise sanitária terá ajudado a aumentar o descontentamento de uma parte de uma população com uma escolaridade elevada e mão-de-obra qualificada, fruto da permanência do modelo de ensino soviético. Sendo certo que, por norma, todas as revoluções coloridas se iniciam com este tipo de protestos pacíficos, há registos de manifestações anti-Lukashenko onde os participantes se desentendem devido à presença de bandeiras da UE, o que poderá ser um sintoma de que há um descontentamento genuíno. A grande questão é saber até que ponto esse descontentamento não será instrumentalizado pelo Ocidente para a criação de uma nova Maidan, que culminou com a instalação de um estado fascista na Ucrânia.

Soberania e liberdade

A Bielorrússia, que ocupa o 50.º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, 38 lugares acima da vizinha Ucrânia, é portanto apetecível a nível geoestratégico mas também como um novo mercado que o neoliberalismo pode explorar. Apenas um dos dez bancos do país é privado, todo o sistema de ensino é público, bem como o sistema e saúde e de segurança social. As grandes empresas do bielorrussas são todas propriedade do Estado. É com este panorama que o povo bielorrusso tem de decidir o seu caminho, sem cair nas armadilhas colocadas pelas ingerências externas. Uma nota final para a ONU, que se mantém inexistente em todo o processo, com António Guterres a deixar a sua imagem de marca, que é nenhuma: “Estamos a acompanhar com preocupação”.

CHILE

Allende foi eleito há 50 anos



Salvador Allende foi deposto em 11 de setembro de 1973.

A 4 de setembro de 1970, o cirurgião chileno Salvador Allende alcançou uma inédita vitória nas eleições presidenciais com 36,63% dos votos.

Bruno Amaral de Carvalho

Allende sabia rir-se de si próprio. Diz-se que em determinada altura da sua vida, brincou com as sucessivas candidaturas à presidência antecipando o que poderia vir a estar escrito na sua própria lápide: “Aqui jaz Salvador Allende, o futuro presidente do Chile”. A verdade é que só conseguiu ser eleito na quarta tentativa.

Se os Estados Unidos estiveram envolvidos no golpe militar que levou à morte de Allende e à instauração de uma ditadura fascista que durou quase duas décadas, a verdade é que a CIA já estava atenta ao candidato do costume. Quando se candidatou pela primeira vez, em 1952, enquanto membro do Partido Socialista, a ala anti-comunista daquela organização partidária inclinou-se para o apoio a Carlos Ibáñez.

A tensão desses anos era tão palpável que aquele que viria a ser defensor da via pacífica para o socialismo protagonizou com o também senador Raúl Rettig, do social-democrata Partido Radical, o último duelo que se conhece no Chile. O confronto realizou-se com o recurso a dois revólveres que falharam na hora do disparo.

Um mês depois, Allende não ia além dos 5,44% nas presidenciais. Em 1958, voltou a tentar enquanto candidato dos socialistas e comunistas e chegou aos 28,9%. Quando se apostava na vitória do socialista em 1964, os Estados Unidos decidiram subir a parada e financiaram, de acordo com documentos desclassificados da CIA, a campanha de Eduardo Frei com 2,6 milhões de dólares, outros 3 milhões de dólares foram gastos em propaganda contra Allende.

“Venceremos”

Em 1970, quando ecoam nas ruas do Chile a canção “Venceremos” de Claudio Iturra e Sergio Ortega, pelas mãos dos militantes dos nove partidos de esquerda que integravam a coligação eleitoral Unidad Popular, Allende já tivera que enfrentar uma forte oposição interna no seu próprio partido à sua recandidatura. Depois de três derrotas, os barões do PS preferem apostar noutras figuras e o principal apoio da nova corrida era o Partido Comunista do Chile que tinha avançado com Pablo Neruda como pré-candidato. Sem o apoio do Comité Central dos socialistas, Allende consegue ganhar o apoio do partido graças às bases e

o Nobel da Literatura avança ao seu lado na campanha.

Percorrem um país inteiro junto dos trabalhadores e do povo criticando as políticas do governo de Eduardo Frei apresentando um programa com 40 medidas que seriam implementadas em caso de vitória. Para Allende, que defendia uma via democrática e pacífica para o socialismo num país periférico, era a “revolução com sabor a vinho tinto e empanadas” como proclamou num dos seus discursos. A nacionalização da indústria do cobre, a reforma agrária e um conjunto de outras medidas eram propostas que abriam um caminho alternativo ao Chile.

A história trataria de mostrar que a oligarquia chilena apoiada pelos Estados Unidos não permitiria o êxito de tal experiência. Logo durante a campanha, quando a direita não duvidava da vitória do candidato Jorge Alessandri, o general do exército, René Schneider, afirmou que os militares seriam fiéis à constituição em qualquer cenário.

Em 4 de setembro, estala a alegria nos bairros mais pobres do Chile. Salvador Allende alcançava a vitória por uma estreita margem. Com 36,63%, superava Alessandri que obteve 35,29% dos votos, mas a partida ainda não estava decidida.

De acordo com a constituição de então, no caso de não haver maioria absoluta de nenhum dos candidatos, a decisão devia ser tomada pelo parlamento, onde os democratas cristãos seriam determinantes.

Logo a seguir ao anúncio dos resultados oficiais, René Schneider volta a prometer a fidelidade dos militares à escolha dos chilenos: “Aceitámos o veredito das urnas. Reconhecemos e apoiamos nestes momentos os dois postulantes à Presidência da República, que são os que obtiveram as duas primeiras maiorias relativas, o senhor Allende e o senhor Alessandri. Legalmente, corresponde ao Congresso Nacional decidir qual dos dois será o futuro Presidente do Chile, e quem aí for eleito devemos apoiar até às últimas consequências”. Não chegaria a ver a confirmação da vitória de Salvador Allende no parlamento.

O cheiro a morte

Para evitar a eleição do candidato da Unidad Popular, a direita lança uma campanha terrorista atribuindo a responsabilidade dos atentados à esquerda. No dia 22 de outubro, depois de várias tentativas, conseguem bloquear o carro de René Schneider e fazem vários disparos. O general agoniza no hospital enquanto se vota no parlamento. Allende consegue o apoio de 153 deputados, Alessandri não vai além de 35. Nova explosão de festa nas ruas do Chile. Horas depois morria René Schneider.

Apesar da manifesta vontade de Salvador Allende em encetar um novo modelo de construção do socialismo, o governo da Unidad Popular começou como acabou: com a intolerância violenta de uma oligarquia incapaz de aceitar a escolha democrática do povo chileno.

Foram mil dias de um governo que introduziu importantes transformações económicas e sociais e mil dias de permanente conspiração e assédio orquestrados a partir de Washington. A conquista de direitos pelos trabalhadores e a possibilidade de escolha de um futuro alternativo foram decepadas a 11 de setembro de 1973 pelo golpe encabeçado por Augusto Pinochet.

Com uma kalashnikov oferecida por Fidel Castro, Salvador Allende decidiu defender até ao último momento o mandato presidencial que tanto sacrifício havia custado aos trabalhadores e ao povo defender. Enquanto aviões bombardeavam o Palacio de la Moneda, o presidente do Chile discursava ao país: “Trabalhadores da minha pátria, tenho fé no Chile e no seu destino. Outros homens superarão este momento cinzento e amargo em que a traição pretende impor-se. Continuem vocês a saber que, mais cedo que tarde, de novo se abrirão as grandes avenidas por onde passe o homem livre para construir uma sociedade melhor”.

ECONOMIA



Capitalismo, a institucionalização da corrupção

Miguel Tiago

O magno objectivo do lucro numa economia capitalista não se rege estritamente pelas leis do estado ou conjunto de estados em que funciona. Na verdade, as leis num contexto capitalista correm sempre atrás do delito e os meios do capital estão sempre em vantagem. A palavra “corrupto” significa “podre” e não existe uma economia baseada na exploração do Homem pelo Homem que não seja, ela mesma, uma podridão. Ao contrário da ideia de que a corrupção se cinge a um conjunto de operações ilegais, ou marginais e que se encontra em algumas “maças podres” empresariais e governamentais também não é compatível com a realidade, na medida em que o sistema capitalista é em si mesmo, a institucionalização da corrupção.

Além dos casos de favorecimento na EDP, de subornos nas contrapartidas militares, na compra de submarinos, manifestamente à margem da legislação em vigor em Portugal, torna-se praticamente impossível contabilizar os casos de corrupção legal que pontuam a vida política nacional. Desde um Ministro das Obras Públicas que vai para a Mota -Engil, a uma Ministra das Finanças que vai para uma empresa de limpeza de dívida, e deputados que trabalham simultaneamente para bancos e sociedades de advogados que colocam milhões em off-shores, temos uma estrutura governamental que é genética e essencialmente corrupta, já que está ao serviço dos grandes grupos económicos. Tomemos o exemplo de um sistema que desvia milhões dos recursos públicos para salvar bancos que cometeram as mais obscenas trapaças com o dinheiro dos depositantes, tomemos

também o exemplo de um Governo, como o do PSD/CDS que assegurou a limpeza dos ficheiros de transferências para off-shores durante o período em que o BES limpava passivo sorratamente, ou o do actual Governo que emprega milhões no apoio a grandes grupos económicos e grandes empresas que adquiriram empresas falidas durante o tempo da pandemia e a pretexto desta. Todos esses exemplos, bastante recentes, em graus diferenciados de relação com a legislação em vigor, demonstram que o Governo, independentemente de ser constituído por PS, PSD ou CDS, se coloca no tabuleiro político como comissão de negócios dos grandes grupos económicos.

**Hoje são muitos os que,
visando tomar de assalto o
que resta de Abril, retratam
a corrupção, criando a ideia de
que não é o sistema capitalista
que é intrinsecamente
corrupto [...]**

Enquanto alguns usam como bandeira o combate à corrupção para atacar a democracia portuguesa, importa afirmar que em momento algum combatem a corrupção sistémica. A utilização do combate à corrupção pelas forças do regime e pelos sucedâneos proto-fascistas não passa de uma redonda e retórica manipulação da opinião pública, capitalizando o sentimento de revolta que a corrupção gera nas

massas populares. A corrupção sistémica, e mesmo a corrupção ilegal e criminosa, não merecem de nenhuma força política que não se afirme como revolucionária o tratamento sistémico que exige. O que, na verdade, procuram as forças do regime e os neo e proto-fascistas é, não o combate à corrupção mas a sua omissão. Visam torná-la visível exclusivamente por eles e escondida da generalidade da população, eliminando as estruturas de escrutínio democrático.

Também durante a Primeira República, as forças reaccionárias e os golpistas de Março, usaram a corrupção como elemento de descredibilização da república apenas para a tornar institucional, sistémica e de estado. A consolidação do fascismo em 1933, no pós-golpe de 26, tornou a corrupção o elemento central da política do Estado e colocou todo o Estado ao seu serviço, usando a força para a praticar, para a esconder e para eliminar, muitas vezes fisicamente, aqueles que se lhe opunham. Além da lei do condicionamento industrial, o governo fascista estava cheio de grandes accionistas e administradores de grandes grupos económicos, ou seja, os monopólios eram o governo.

Tal como então, hoje são muitos os que, visando tomar de assalto o que resta de Abril, retratam a corrupção, criando a ideia de que não é o sistema capitalista que é intrinsecamente corrupto, mas que é a democracia que é demasiadamente permissiva para os abutres da corrupção.

Os democratas têm o dever de afirmar que só com mais democracia se pode combater a corrupção e, especialmente, com mais democracia política e económica, criando mecanismos de controlo popular e por parte dos trabalhadores. Não é de menor importância que os que colocam o anátema da corrupção inteiramente sobre o estado são os mesmos que ilibam constantemente as empresas que corrompem e que as colocam no altar do liberalismo como os salvadores da economia. Tal não é diferente do que fez Salazar em Portugal com a entrega da regulação do mercado às próprias empresas e grémios ou, por vezes, à lei feita à medida dessas mesmas empresas; tal não é diferente da política de Mussolini em Itália que privatizou praticamente toda a indústria a pretexto da diminuição da intromissão estatal na economia. Qualquer semelhança entre essas políticas e as propostas pelos partidos neo-liberais em Portugal não é mera coincidência.

A corrupção pode e deve ser combatida, limitada, punida e só a falta de vontade política de PS, PSD e CDS, e agora também dos sucedâneos desses partidos, justifica que não se avance mais na limitação do poder dos grandes grupos económicos. Mas a principal tarefa dos democratas não é aceitar o combate à corrupção como instrumento do combate à democracia, antes é a de exigir o aprofundamento da democracia. A descredibilização da democracia que muitos usam para impor uma agenda autoritária deve sempre partir do pressuposto de que estão a usar a corrupção como cavalo de Tróia para uma agenda que retire ao povo e aos trabalhadores a capacidade de escrutinar a corrupção, de a combater com efectiva participação nas empresas e na sua gestão. É exactamente o caminho contrário que urge trilhar: o de aumentar a participação dos trabalhadores na gestão e fiscalização das empresas e o de colocar os trabalhadores no parlamento, no governo e nas autarquias. Se os trabalhadores são as vítimas da corrupção, serão eles o seu carrasco.